

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA	
INFORMAÇÕES GERAIS	
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povos Indígenas: Āwa (aldeia Itarô), Krahô-Kanela (aldeia Catâmjê; aldeia Lankraré) e Krahô-Takaywrá (aldeia Takaywrá) residentes na Ilha do Bananal.</p> <p>Local: Espaço Celebrar, em Lagoa da Confusão - TO.</p> <p>Data: 09, 10 e 11 de maio de 2025.</p> <p>Duração: 03 dias.</p>	
EQUIPE ENVOLVIDA	
<p>Moderadores: Leda Luz, Celenita Gualberto Bernieri, Josafá Paz</p> <p>Reladoras: Ana Paula Mamedes Saraiva Mendes (Sepot) e Andréa Luiza Collet</p> <p>Facilitador Gráfico: Mamed Karin Chaaban</p> <p>Técnicos em Comunicação: Ana Beatriz Moreira Lima e Elso Pedro de Oliveira</p> <p>Recreadora: Maria Goreti Canguçu Leal e Maykele Krahô-Kanela</p> <p>Articuladores Comunitários: Wagner Katamy Krahô-Kanela e Maria Elza Amxôkwj Krahô</p> <p>Representantes do Poder Público: Célio Torkân Kanela (Ponto Focal do Estado Especialista em REDD/Diretor de Proteção Indígena da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas e Tradicionais, Sepot) e Camila Daiane da S. Rezende (consultora - apoio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Semarh)</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Clarisse Marina dos Anjos Raposo – Chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Funai – Coordenação Regional Araguaia-Tocantins (TO, MT, PA, GO); Pedrina Neta Soares Carlos – Secretária Municipal dos Povos Originários e Tradicionais de Lagoa da Confusão; Marquinho Karajá – Presidente da Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins)</p>	
DIA 01: SEXTA-FEIRA, 09 DE MAIO DE 2025	
PARTICIPANTES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. DAVI CAMÕC REIS LIRA KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ) 2. BATISTA CYXÔ KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ) 3. DOMINGOS KÀJ KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ) 4. ROSILENE KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ) 5. WAGNER KATAMY KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ) 6. OLGA C. R. C. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ) 7. CARLOS HENRIQUE H. L. KRAHÔ (ALDEIA CATÁMJÊ) 8. MARCELO SANTO TEWACHURE KARAJÁ (ALDEIA MANOEL ACHURÊ) 9. AMELHUZAM WAPYR RIBEIRO VELOSO KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ) 10. ANA CLARA W. SOARES M. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ) 	

11. VALDILÉIA PEKÉ M. GOMES KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
12. MAYKELE P. M. DE ALMEIDA KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
13. LETÍCIA HIRARI KARAJÁ (ALDEIA CATÂMJÊ)
14. ALMIR HAPARY M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
15. LUCINEIDE ROHTIKWYI KRAHÔ (ALDEIA CATÂMJÊ)
16. ANTÔNIO MARCOS SENA LEAL KARAJÁ (ALDEIA MANOEL)
17. MARIA ELZA AMXÔKWJ R. M. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
18. LETIELY XANAHIRÚ MATOS KRAHÔ- KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
19. JÚLIA KAYPU S. M. KRAHÔ (ALDEIA CATÂMJÊ)
20. TAIS IKURE M. DE A. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
21. ANA CAROLINA KAJCÉ KOYY (ALDEIA CATÂMJÊ)
22. RAILTON COHTETET KRAHÔ (ALDEIA CATÂMJÊ)
23. ALEXANDRE KAUTUTHHY KRAHÔ
24. ANGELINA MATOS DA SILVA (ALDEIA CATÂMJÊ)
25. ONEIDE RIBEIRO DA SILVA (ALDEIA CATÂMJÊ)
26. JOSÉ VALDETE XORXO R. DA COSTA KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
27. KALLYTA MENDES MARTINS GOMES (ALDEIA CATÂMJÊ)
28. ANUAR WAKÉ RIBEIRO KRAHÔ-KANELA (ALDEIA LANKRARÉ)
29. PATRÍCIA H. G. R. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA LANKRARÉ)
30. LARA DOS SANTOS BISPO (ALDEIA LANKRARÉ)
31. LEVI PÊPHÁ BRITO R. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
32. JOSIEL H. M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
33. JOEL M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
34. ALDENOURA P. DOS SANTOS RIBEIRO (ALDEIA LANKRARÉ)
35. MAGDIEL DA SILVA RIBEIRO (ALDEIA LANKRARÉ)
36. NOÉ GAIO R. CHAVES (ALDEIA LANKRARÉ)
37. HELOISA SANTOS BISPO (ALDEIA LANKRARÉ)
38. RAYANE ALVES CABRAL (ALDEIA LANKRARÉ)
39. RAUTUIRÉ R. G. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
40. MARIA DAS GRAÇAS DE S. LIMA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
41. KARITA GOMES GUAJAJARA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
42. SUEIDE VALADARES KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
43. LARISSA SOUZA LOPES - SEMPOT/LAGOA DA CONFUSÃO
44. PEDRINA NETA SOARES CARLOS - SEMPOT/LAGOA DA CONFUSÃO
45. CLARICIA GOMES GUAJAJARA LIMA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
46. RENATO PYNCRÊ PÎTÝ I. LIMA KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
47. WAPOXIRE TUXI SILVA ÃWA (ALDEIA ITARÔ)
48. JULITA GOMES GUAJAJARA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
49. MARIANO ATXOKÂ R. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA LANKRARÉ)
50. LEIZA KRIKWAYJ R. C. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
51. EVERTON ED. CARVALHO (ALDEIA CATÂMJÊ)
52. MARCILENY RIBEIRO MARTINS - SEMPOT/LAGOA DA CONFUSÃO
53. TÂNIA MARIA R. SOARES DE SOUSA - SEMPOT/LAGOA DA CONFUSÃO
54. ANA PAULA VIEIRA FRANCO - SEMARH /LAGOA DA CONFUSÃO
55. ALBERTINA P. M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
56. ROSENIRA PEREIRA DE S. SANTOS - SEMPOT/LAGOA DA CONFUSÃO
57. HELINE ALVES CELESTINO - SEMPOT/LAGOA DA CONFUSÃO
58. ERIKA DE SOUZA PANTA SOARES - SEMPOT/LAGOA DA CONFUSÃO
59. LETÍCIA ALVES ROCHA - SEMARH/LAGOA DA CONFUSÃO
60. RODOUFO K. G. R. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA LANKRARÉ)
61. TUAMANE T. AWA (ALDEIA ITARÔ)
62. ASSÊNCIO IAHINA JAVAÉ (ALDEIA ITARÔ)
63. WESLAYNE R. S. FERREIRA - SEMARH/LAGOA DA CONFUSÃO
64. CELENITA G. P. BERNIERI – MODERADORA
65. MARIAH DO ESPÍRITO SANTO P. SOARES – COMUNICAÇÃO OFICIAL

66. KENNEDY C. DE SOUSA – COMUNICAÇÃO OFICIAL
67. ANA BEATRIZ MOREIRA LIMA – TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO
68. MARIA GORETI C. LEAL – RECREADORA
69. CAMILA DAIANE DA S. REZENDE – ASSESSORA-APOIO SEMARH/TO
70. ANA PAULA M. S. MENDES – RELATORA – SEPOT
71. ANDRÉA LUIZA COLLET – RELATORA
72. ELSON PEDRO DE OLIVEIRA – TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO
73. CÉLIO ROBERTO P. SOUZA – SEPOT
74. JOSAFÁ PAZ – MODERADOR
75. LEDA LUZ – MODERADORA
76. WALDEMAR SEVERINO DA SILVA – MOTORISTA
77. CLARISSE MARINA DOS ANJOS RAPOSO – FUNAI
78. RAFAELLA CARVALHO – LOGÍSTICA
79. LÁZARO LIMA – MOTORISTA
80. MARIA DE JESUS M. CORRÊA – COORDENADORA DE CAMPO/LOGÍSTICA
81. ROSÂNGELA DA CRUZ RODRIGUES – COZINHEIRA
82. CAMILA DA LUZ RODRIGUES – COZINHEIRA
83. EDUARDA RODRIGUES LOPES – COZINHEIRA
84. DENILSON - MOTORISTA

Abertura Oficial

A Oficina Participativa de Consulta Prévia Livre e Informada do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins, com os povos Áwa (aldeia Itarô), Krahô-Kanela (aldeia Catâmjê; aldeia Lankraré) e Krahô-Takaywrá (aldeia Takaywrá), foi realizada nos dias 9, 10 e 11 de maio de 2025, no Espaço Celebrar, em Lagoa da Confusão. Participaram da formação caciques, lideranças e comunidade indígena das aldeias.

A abertura oficial foi realizada na sexta-feira (9 de maio), às 9h40, quando o ponto focal do Estado e especialista em REDD+, Célio Torkân Kanela, diretor de Proteção Indígena da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas e Tradicionais, agradeceu a presença de todos os presentes, em nome do Governo do Tocantins.

Célio (ponto focal do estado) informou que a oficina já era a sexta com os povos indígenas do Tocantins e que outra estava sendo realizada ao mesmo tempo, com os povos em contexto urbano, na cidade de Gurupi. Disse também que todos os povos indígenas serão ouvidos e que a programação de consulta livre prevê cerca de 40 encontros, reunindo representantes de todas as aldeias tocantinenses. O diretor explicou, ainda, que agricultores familiares e comunidades quilombolas também fazem parte do grupo chamado PIQPCTAF (Povos Indígenas e Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares).

O ponto focal do Estado agradeceu a presença de Clarisse Raposo, chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Funai, dizendo que o órgão, juntamente com a Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins), integra o Grupo de Trabalho Salvaguarda do JREDD+. Destacou que as instituições e outros órgãos de fiscalização estão acompanhando e orientando todo o processo para funcionar de acordo com as particularidades de cada comunidade.

Clarisse Raposo (Funai) apresentou as pautas atendidas pela Coordenação Regional Araguaia-Tocantins, que abrange 27 terras indígenas nos estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará e Goiás. Entre os trabalhos sob sua responsabilidade

estão: gestão dos territórios, gestão ambiental, políticas públicas, mediação entre as diferentes esferas governamentais, as atividades produtivas e o desenvolvimento sustentável. Clarisse destacou: “A Funai tem o dever de apoiar esta proposta e os seus encaminhamentos, estamos aqui para garantir que vocês vão sair compreendendo o programa é de que forma os povos indígenas podem estar envolvidos (no JREDD+), juntamente com os demais personagens”.

A representante da Funai lembrou que o JREDD+ é uma política pública que pretende estar endereçada aos povos indígenas e que as legislações federais não podem ser ignoradas pela lei estadual. Aproveitou para dizer que estava disponível para auxiliar nos três dias do encontro. Clarisse destacou: “Durante a oficina é a hora de falar o que sentem e o que precisam, é papel da Funai estar presente para garantir que todos os direitos (ambientais e indigenistas) sejam respeitados”.

Na sequência, o cacique Marquinho Karajá, presidente da Arpit, disse que a entidade também estava acompanhando o processo para garantir os direitos indígenas. Ressaltou que esta era a primeira política pública que estava sendo elaborada com a participação dos povos e que todos os presentes deveriam se envolver, inclusive as mulheres. Marquinho incentivou: “Gosto muito desse modelo jurisdicional que está acontecendo no Tocantins. Daqui vai sair o embasamento pra gente discutir lá (na Audiência Pública), não temos a obrigação de tomar decisão. Vocês estão sendo consultados. Têm todo o direito de falar”. Célio reiterou a necessidade da participação plena e aproveitou para explicar que toda a oficina estava sendo gravada e relatada.

Pedrina Neta Soares Carlos, secretária municipal dos Povos Originários e Tradicionais de Lagoa da Confusão, agradeceu ao convite para a oficina em nome do prefeito, Thiago Soares Carlos. Destacou a parceria e apoio que vem recebendo da Sepot, lembrando que mesmo se tratando de uma política estadual, as ações serão promovidas nos municípios e que as preocupações com os povos indígenas e recursos naturais, como a Ilha do Bananal - maior ilha fluvial do mundo -, são comuns a todos. A secretária parabenizou a presença de jovens indígenas na oficina e estimulou a manifestação de todos: “Vocês estão aqui para falar a vontade de vocês, dizer o que querem para melhorar o ambiente de vocês – falar o que sentem, o que as comunidades precisam!”.

O público foi agraciado com um momento cultural, conduzido por seu Domingos Kàj Krahô (Aldeia Takaywrá), na língua Jê Krahô. A música “ME IKWY AJPETÊN MÉ MÔ” (Parentes, vamos nos juntar) foi cantada por ele, enquanto homens e mulheres dançavam de frente uns para os outros. As aldeias Krahô têm estrutura circular, representando o sol, e as festividades e rituais ocorrem no centro. Essa música é um chamamento para as celebrações. Quando o cantor inicia, a comunidade vai se achegando, dançando e respondendo à cantoria. Além da voz, instrumentos como o PYRIJ JAKÂ (apito) e o CUHTOJ (maracá) foram usados na manifestação.

Célio (ponto focal do Estado) convidou os caciques presentes: Wagner Katamy Krahô-Kanela (aldeia Catâmjê), Josiel Hujka Krahô-Kanela (aldeia Catâmjê), José Valdete Xorxo Krahô (aldeia Takaywrá) e Mariano Atxokâ Krahô-Kanela (aldeia Lankrarê). Célio agradeceu todo o apoio e a participação das lideranças na definição de um formato para que as oficinas alcançassem a maior participação e representatividade de cada povo no processo de consulta.

O cacique Wagner (aldeia Catâmjê) disse que já ouve falar sobre o JREDD+ há bastante tempo e que quando o assunto começou a ser ventilado na comunidade, circularam “cartilhas controversas”. O cacique disse: “Hoje o meu entendimento é

totalmente diferente. Esse é um momento importante para o meu povo”. O cacique José Valdete (aldeia Takaywrá) completou: “Nós queremos que esta história seja pra render mais!”.

Em seguida, Célio apresentou a equipe de trabalho e deu alguns avisos gerais, como a importância de todos os presentes fazerem o credenciamento e assinarem diariamente a lista de presença, que é um instrumento importante para a prestação de contas; e do documento final da oficina, chamado Ajuda Memória, que vai relatar as ações que serão definidas durante o encontro para subsidiar o subprograma voltado aos PIQPCTAF. O documento deve ser lido e assinado pelos presentes ao término da oficina. Célio reiterou: “Esse momento ímpar para dar a opinião de vocês, falar o que vocês querem – participem!”.

Instalação

Leda (moderadora) passou para a instalação da Oficina de Consulta Prévia Livre e Informada fazendo as seguintes perguntas: *Quem somos? Para que estamos aqui? O que faremos? Como faremos?* Em seguida, uma dinâmica de integração foi proposta. Os participantes se movimentaram se organizando por faixa etária, atividades que praticam (como corrida de tora, flecha e futebol) e as aldeias de origem.

Leda (moderadora) explicou que as oficinas com todos os personagens do JREDD+ têm um objetivo maior: a construção de uma política pública que contemple os anseios das comunidades consultadas.

Rautuiré Krahô (Aldeia Takaywrá) disse que estava feliz em ver os demais parentes na oficina, representando as suas comunidades. Rautuiré comentou: “Antes a gente não sabia da importância do programa, por isso é importante que vocês estejam aqui esclarecendo”. Convidou todos a colaborar com o processo.

Leda (moderadora) reiterou que a oficina é um lugar de trabalho, onde as pessoas podem apontar o que é importante dentro do subprograma voltado aos PIQPCTAF. Explicou que a dinâmica da oficina contemplaria perguntas reflexivas, momentos de pensar sozinho, conversas em pequenos grupos e compartilhamento das respostas em plenária. A moderadora enfatizou: “É um espaço importante – de escuta – aproveitem bem a oportunidade!”.

Em seguida, foram apresentados os objetivos e a programação da oficina formativa. Leda (moderadora) explicou alguns assuntos que seriam abordados no decorrer do evento, entre eles governança, a indicação de representantes para a audiência pública e da entidade representativa para o Fundo Clima. A moderadora lembrou que a culminância dos trabalhos ocorrerá na audiência pública, prevista para meados do mês de julho.

Leda (moderadora) enfatizou: “Somos todos co-responsáveis por cumprir esta agenda e convidou os participantes para elaborar um acordo para que o evento fosse produtivo. Ficaram acordados:

- Respeitar os horários – início às 8h, pausa para o almoço das 12h às 14h, lanche às 15h30, encerramento às 18h, jantar às 19h.
- Falar com intenção e ouvir com o coração.

Noé Gaio Chaves (aldeia Lankraré) fez uso da palavra para questionar o programa jurisdicional. Apresentou informações colhidas na internet como o valor de mercado do crédito de carbono e estimativa de área comercializada no Estado. Foi enfático ao sugerir que o Tocantins já havia negociado os créditos de carbono e abaixo do preço corrente, transação que teria ocorrido entre a Tocantins Carbono (Tocar) e a empresa suíça Mercuria Energy.

Noé (aldeia Lankraré) considerou: “A área total do estado já foi vendida e nós não participamos do acordo. Esse tipo de coisa precisa esclarecer primeiro. Diz que está consultando, mas já vendeu”. Questionou, ainda, os percentuais propostos na repartição de benefícios, dizendo não concordar com o baixo valor destinado aos povos indígenas (25%) em detrimento do Estado (50%), bem como dos outros 25% considerados para o agronegócio.

Leda (moderadora) disse que as perguntas haviam adiantado as etapas previstas na oficina formativa, passando a palavra para o ponto focal do Estado. Célio reiterou que seria feita uma introdução ao REDD+, explicando porque o programa é jurisdicional e que haveria um espaço específico para tratar da repartição de benefícios decorrentes da comercialização.

Noé (aldeia Lankraré), então, mostrou desconfiança sobre o adiantamento feito pela empresa Mercuria ao Estado.

Célio (ponto focal do estado), explicou que o Estado abriu uma licitação internacional, apresentando uma expectativa de toneladas de CO2 para venda, e que as empresas interessadas deveriam assinar um contrato de risco. Usou como ilustração o financiamento por um investidor em uma roça de arroz que ainda seria plantada para explicar que a empresa vencedora faria um pré-investimento com a garantia de que teria preferência de compra assim que os trâmites de certificação fossem finalizados, pagando o preço de mercado atualizado. A licitação foi vencida pela Mercuria Energy e o adiantamento depositado foi de R\$ 20 milhões.

Célio (ponto focal do estado), informou que o valor adiantado será descontado no momento da venda dos créditos e que o montante está possibilitando o Estado se preparar para contabilizar o carbono disponível e montar toda a estrutura necessária ao desenvolvimento do programa, entre elas o sistema de monitoramento por satélite, treinamento de pessoal e o processo de consulta público de acordo com às exigências legais nacionais e internacionais, como as 7 Salvaguardas de Cancun.

Clarisse (Funai) solicitou que as indagações feitas por Noé fossem consideradas no desenrolar da oficina. Aproveitou para explicar que a certificação dos créditos de carbono é um processo complicado e caro e que o certificador internacional Padrão ART TREE exige que o Tocantins prove que está cumprindo todas as exigências, “senão não tem poré (dinheiro)”. Clarisse lembrou que a Funai está monitorando o andamento de todo o processo do JREDD+ no Estado.

Célio (ponto focal do estado) reafirmou que o Estado não vendeu os créditos de carbono e que, somente após finalizar todo o processo (o que inclui as oficinas de consulta e a audiência pública) estará apto para realizar o registro no cartório internacional e, de posse da certificação, realizar a venda.

Noé (aldeia Lankraré) encerrou sua participação dizendo que o portfólio traz proporções exorbitantes, o que nem sempre chega até a comunidade, e que poucos parentes tinham a real noção do que os valores representavam.

Introdução ao JREDD+

Leda (moderadora) convidou os presentes para voltar ao ponto de partida com o propósito de compreender melhor o que é o programa Jurisdicional de REDD+. Leda destacou que o símbolo “+” engloba a conservação das florestas, o manejo sustentável e o aumento das áreas de matas nativas. Ao considerar que “todos somos feitos de carbono”, a moderadora lembrou que a TV fala com frequência da emissão de gases de efeito estufa e que até o “pum das vacas” contribui para o aquecimento global. Leda completou que a política de JREDD+ propõe a redução de todas as formas de degradação, inclusive a queima de grandes áreas para o plantio, bem como a derrubada de florestas. Aproveitou para frisar que a conservação das florestas e atividades produtivas sustentáveis contribuem positivamente para esta política. Pediu a participação dos presentes para detalhar o que seria uma produção sustentável.

Rautuiré (aldeia Takaywrá) considerou que o modo de produção dos indígenas e quilombolas, voltado ao sustento da própria família, é um exemplo de produção sustentável.

Cacique Wagner (aldeia Catãmjê) disse que uma dúvida recorrente entre as comunidades quilombolas, ribeirinhas, assentadas e povos indígenas é se não poderão mais fazer a roça tradicional depois do JREDD+. Elencou ainda atividades de subsistência como a pesca, criação de animais e o corte de árvores para construção de casas e equipamentos. Wagner destacou: “Nós cuidamos da mata, da água – nós fazemos isso! Precisa esclarecer”.

Clarisse (Funai) ponderou: “Algumas atividades produtivas não combinam com a política de JREDD+, como a roça mecanizada e o desmatamento em larga escala, mas o programa não vai impedir vocês de fazer as atividades tradicionais”. Leda lembrou que as atividades dos povos indígenas, na sigla do programa, estão contempladas no “+”, de conservação.

Marquinho (Arpit) acrescentou: “Acredito que o nosso PGTA (Plano de Gestão Territorial e Ambiental previsto na PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas) vai estar garantido”.

Personagens do JREDD+

Passando para a etapa seguinte, a moderadora Leda perguntou: “Quem mais é importante e está envolvido nessa política?”. Os participantes citaram: empresas, Estado, agricultura de larga escala, sociedade civil. Leda acrescentou que o grupo que degrada também precisa estar envolvido.

Foi solicitada a inclusão nos combinados de usar menos o celular durante a oficina para que a troca seja mais efetiva, com mais dedicação e atenção.

Foi realizada uma pausa para o almoço e descanso das 12h às 14h30.

JREDD+ como política pública

Celenita Bernieri (moderadora) conduziu uma dinâmica de “quebra-gelo” intitulada *Ciranda das Águas*. A atividade envolveu os participantes em uma reflexão sobre o ambiente em que vivem, levando-os a reconhecer a importância dos seus espaços

e o papel que desempenham na preservação e conservação ambiental. A dinâmica foi enriquecida por analogias aos animais, que ajudaram a ilustrar a interdependência entre os seres humanos e a natureza.

Em seguida, a moderadora Leda retomou a palavra, passando o microfone para Renato Krahô, liderança na aldeia Takaywrá.

Renato Krahô (aldeia Takaywrá) iniciou sua fala destacando a necessidade de um tempo maior para que as comunidades possam compreender e assimilar as informações relacionadas aos projetos ambientais, especialmente no que se refere ao mecanismo JREDD+, que ainda é uma novidade para muitos. Ele mencionou o projeto pioneiro REM, implementado nos estados do Acre e Mato Grosso, baseado nos princípios do Protocolo de Kyoto. Segundo Renato, o projeto não obteve os resultados esperados devido à forma como foi estruturado e à falta de comprometimento das empresas financiadoras. Afirmou que as empresas que financiaram o REM são as mesmas que estão financiando o JREDD+ e que elas não atuam efetivamente na redução de seus próprios impactos ambientais. Diante disso, Renato ressaltou a necessidade urgente de adequação de diversos pontos nos modelos atuais de projetos de JREDD+.

Renato (aldeia Takaywrá) prosseguiu levantando uma série de questionamentos e reflexões ao seu ver fundamentais e que não deveriam ser desconsiderados pelas comunidades e instituições envolvidas no programa.

1) Perguntou quais serão as restrições de uso dos Territórios Indígenas (TI) após a adesão ao JREDD+, considerando que existem comunidades que dependem de grandes áreas de roça para subsistência. A preocupação apontada é se as normas impostas não vão inviabilizar as práticas tradicionais.

2) Sobre a repartição de benefícios, indagou como os projetos serão executados nas comunidades e se haverá mecanismos claros e justos para a partilha dos benefícios gerados. Ele alertou para experiências anteriores em que projetos apresentados pelo município não foram devidamente implementados, o que comprometeu a confiança das comunidades.

3) Em relação à participação dos indígenas no processo decisório, Renato enfatizou que as comunidades precisam ter espaço real para debater e definir previamente a aplicação dos recursos oriundos do JREDD+. Segundo ele, esse momento de debate deve ocorrer antes da aprovação, pois, uma vez assinado o contrato, não será mais possível revisar ou rediscutir os termos estabelecidos.

4) Considerando a aplicação dos benefícios pelas comunidades indígenas, Renato destacou ser fundamental garantir autonomia na gestão e utilização dos recursos recebidos. Também ressaltou que os projetos têm impacto direto sobre o modo de vida das comunidades, e questionou se haveria garantias concretas de preservação das culturas e práticas indígenas.

5) Também refletiu sobre a contabilização dos créditos de carbono, apontando a necessidade de maior transparência e esclarecimentos sobre como são feitas as medições dos estoques nos TIs e de que forma esses dados influenciam na geração e distribuição dos benefícios financeiros. Reforçou a necessidade da presença e acompanhamento do Ministério Público Estadual (MPE) e do Ministério Público Federal (MPF), que atuam como defensores legais das comunidades, garantindo que os direitos coletivos sejam respeitados e protegidos durante todo o processo.

6) Por fim, questionou qual será a situação dos povos indígenas que ainda não possuem seus territórios oficialmente demarcados, especialmente frente à pressão do desmatamento pelo agronegócio que está no entorno dos territórios e à implementação do JREDD+. Renato alertou que é necessário garantir proteção e inclusão para esses povos, evitando que fiquem à margem dos benefícios e da proteção territorial.

Leda (moderadora) deu sequência à condução da oficina, direcionando algumas perguntas que haviam sido feitas pela manhã e informou que todas as respostas seriam dadas ao longo da tarde e nos próximos dias de atividades.

Célio (ponto focal do Estado) iniciou sua fala apresentando o contexto do JREDD+ no Tocantins, explicando os tipos de carbono existentes, o processo de implementação do JREDD+ no Estado e os fundamentos do Acordo de Paris. Abordou, ainda, o funcionamento do comércio de créditos de carbono.

Levi Pêphá Krahô (aldeia Takaywrá) pediu explicação sobre como os créditos de carbono são contabilizados e de que forma a redução do desmatamento é convertida em valor financeiro.

Clarisse (Funai) explicou que os créditos de carbono são gerados tendo como base a redução do desmatamento, a partir da comprovação da diminuição efetiva do desmatamento em determinada área e período.

Davi Krahô (aldeia Takaywrá) falou em tom de crítica, indagando onde estaria ocorrendo o desmatamento - se nos territórios indígenas ou nas áreas ocupadas pelo agronegócio. Defendeu que os produtores rurais sejam inseridos no debate. Na sequência, fez algumas considerações. Relatou a dificuldade de compreensão das informações técnicas e citou que o Código Florestal, apesar de aprovado, não foi devidamente implementado e acabou sendo "esquecido". Expressou preocupação de que as discussões realizadas durante a oficina também possam ser desconsideradas no futuro. Também mencionou que a Constituição já prevê a proteção dos povos indígenas e questionou como serão tratados os povos que ainda não têm seus territórios oficialmente demarcados. Finalizou demonstrando preocupação de que o tempo das oficinas pode ser insuficiente para esclarecer todas as dúvidas geradas.

Célio (ponto focal do estado) retomou a palavra pedindo paciência aos participantes para concluir sua explicação sobre a política do JREDD+ Jurisdicional, reiterando que todos os questionamentos seriam respondidos ao longo da oficina. Fez uma analogia com a compra e venda de arroz para facilitar a compreensão do funcionamento do comércio de créditos de carbono, destacando que a redução do desmatamento é condição essencial para o recebimento dos benefícios e enfatizou que sem redução não há venda possível. Explicou que o Estado precisa garantir a efetividade da política ambiental, especialmente por se tratar de um acordo financeiro com respaldo jurídico, o que exige o cumprimento de diversos critérios regulatórios. Célio esclareceu que até 2030 o foco estará nas ações de redução do desmatamento e da degradação. A partir desse marco, com a estabilização das taxas de desmatamento, o Estado poderá considerar os créditos de carbono por conservação, conforme exigido pelo mercado internacional.

Noé Chaves (aldeia Lankraré) questionou como se dará a transição entre a fase de redução do desmatamento e a posterior fase de conservação ambiental, no contexto do REDD+.

Célio (ponto focal do estado) explicou que o adiantamento financeiro recebido pelo Estado foi destinado à criação de mecanismos de contabilização do desmatamento e, futuramente, dos créditos de carbono. Destacou que os resultados serão computados gradualmente, conforme as etapas forem sendo implementadas.

Noé (aldeia Lankraré) reforçou que continuava em dúvida sobre as modalidades de créditos por redução e por conservação, solicitando mais esclarecimentos quanto à diferença entre os dois tipos.

Célio (ponto focal do estado) esclareceu que são produtos distintos: primeiramente trabalha-se com a redução do desmatamento; em seguida, com a conservação do que está preservado, de acordo com as exigências do mercado internacional.

Cacique Wagner (aldeia Catâmjê) complementou, ressaltando a necessidade de conservar os territórios para garantir o direito aos créditos. Mencionou, ainda, que alguns parentes (outras etnias) enfrentam problemas com desmatamento causado por não indígenas dentro dos territórios e questionou como esses casos serão tratados dentro do programa.

Marquinhos Karajá (Arpit) contribuiu com algumas considerações sobre o JREDD+, destacando a diferença entre os modelos privado e jurisdicional, enfatizando que um não anula o outro. Ressaltou que o movimento indígena não recomenda a adesão ao JREDD+ privado, pois não há mecanismos fiscalizatórios das responsabilidades das empresas envolvidas, enquanto o modelo jurisdicional conta com o respaldo de diversos órgãos. Marquinhos também pontuou que há muitas dúvidas sobre o tema e solicitou esclarecimentos, especialmente quanto à repartição de benefícios, para reduzir as incertezas.

Clarisse (Funai) questionou como serão realizadas as fiscalizações nos TIs, considerando que os recursos são estaduais.

Célio (ponto focal do estado) informou que todos os órgãos estão sendo convocados para discutir a aplicação dos recursos por meio da CEVAT (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento da Política de Pagamento por Serviços Ambientais), destacando que o Estado é pioneiro nesse processo. Reforçou que os recursos deverão, obrigatoriamente, ser destinados às políticas ambientais, conforme exigência do mercado regulatório. Sobre os territórios, apontou a necessidade do Estado elaborar um plano de enfrentamento para proteção do entorno das áreas indígenas.

Clarisse (Funai) mencionou que algumas iniciativas de JREDD+ em outros estados já existem planos definidos para o uso dos recursos pela Funai.

Levi Krahô (aldeia Takaywrá) questionou se, após a adesão ao JREDD+, será possível acessar recursos do PRONAF e criar gado nos TIs.

Célio (ponto focal do estado) respondeu que o Estado seguirá o que está previsto na legislação, e que as regras legais se aplicam mesmo no contexto do JREDD+.

Noé Chaves (aldeia Lankraré) levantou questionamento sobre os percentuais de distribuição dos recursos, afirmando que ainda é possível fazer alterações. Manifestou-se contra a destinação de 25% aos produtores rurais, argumentando que o agronegócio teve grande expansão nos últimos dez anos.

Célio (ponto focal do estado) destacou a importância da união entre as comunidades indígenas, ressaltando que essa coesão é fundamental nos momentos de decisão e reivindicação.

Clarisse (Funai) informou que os recursos provenientes do JREDD+ devem ser aplicados prioritariamente em políticas públicas e não no financiamento de iniciativas individuais. Ela ressaltou que, inclusive para o agronegócio, esses recursos devem ser utilizados com foco na redução de emissões. No contexto das Terras Indígenas, enfatizou que a proteção ambiental deve ocorrer por meio do fortalecimento dos povos indígenas.

Linha do Tempo

Arrematando a abordagem sobre a política pública do JREDD+, o ponto focal Célio apresentou a linha do tempo do processo, possibilitando a identificação do atual momento em que o programa está. Foram destacadas as seguintes datas:

2007: criação do REDD+ durante a COP 13 para compensar países em desenvolvimento com áreas de floresta pelos esforços de redução do desmatamento e degradação, bem como de conservação das matas.

2008: é criada a Lei nº 1.917, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins.

2015: o Brasil cria a Estratégia Nacional de JREDD+ e o Tocantins dá início aos estudos para sua implementação.

2022: o Estado inicia o diálogo com comunidades, órgãos e organizações representativas para a criação de uma política de pagamento por serviços ambientais.

2023: o Tocantins cria a Lei nº 4.111/23, que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, onde o JREDD+ está inserido.

2024: o movimento para a Consulta Prévia, Livre e Informada sobre o programa jurisdicional é iniciado. Diversas reuniões com lideranças e entidades dos povos indígenas foram realizadas para definir o melhor formato do diálogo com o Governo.

2025: realização das oficinas formativas, consulta pública on-line e audiência pública (previsão para julho).

Clarisse (Funai) também fez algumas considerações sobre a linha do tempo, com ênfase na Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA (aprovada em 2023). Ela observou que os povos indígenas estão sendo consultados e que tem havido diversas manifestações de discordância, as quais devem ser registradas e levadas para discussão nos espaços apropriados.

A reunião teve uma pausa para o lanche por volta das 16h.

Na sequência, Célio (ponto focal do estado) apresentou o cacique Wapoxire Tuxi Æwa, também conhecido como Davi, da aldeia Itarô. Ele explicou que não pode estar presente no dia anterior por estar participando de outra capacitação, promovida pelo Prevfogo.

“Quais as nossas preocupações em relação ao JREDD+?”

A pergunta “*Quais as nossas preocupações em relação ao JREDD+?*” norteou a próxima atividade. A moderadora Celenita conduziu a dinâmica, dividindo a plenária por aldeias, lideradas pelo cacique local. Após o tempo destinado para discussão, Celenita deu continuidade à atividade, solicitando que os grupos compartilhassem suas angústias com os demais participantes.

Grupo 1 - Aldeia Catãmjê (cacique Wagner): destacou preocupações relacionadas à delimitação do Território Indígena Krahô-Kanela, observando que se trata de uma área relativamente pequena e sujeita a alagamentos durante boa parte do ano. Diante disso, elencaram dúvidas importantes quanto à efetiva participação no programa JREDD+ e à garantia dos direitos dos povos indígenas. As principais questões levantadas foram:

1. Como as comunidades indígenas terão acesso real aos benefícios do programa?
2. Quais serão as medidas para garantir a segurança e a proteção do território?
3. Como se dará a repartição dos benefícios entre as comunidades?
4. Qual será o tempo de duração do projeto JREDD+ no território?
5. Existe o risco de privatização ou perda de domínio sobre o território após a implementação do JREDD+?
6. O programa poderá contribuir para o fortalecimento da cultura indígena?
7. Os Krahô-Kanela terão, de fato, acesso direto e transparente aos benefícios prometidos?
8. Quais serão as linhas de acesso específicas para os povos indígenas dentro do programa?

Grupo 2 – Aldeia Takaywrá (cacique José Valdete): o grupo levantou questões cruciais sobre a execução e os impactos do programa JREDD+ nas comunidades. As principais dúvidas foram:

1. Quais são as garantias sobre a aplicação dos recursos e o acesso das comunidades às políticas públicas?
2. Como o Estado garantirá que a redução do desmatamento será efetiva?
3. Quem será responsável por monitorar e fiscalizar as reduções de desmatamento?
4. Como será feita a medição dos créditos de carbono: por área, por cada povo indígena ou pelo estado? A distribuição será feita com base na área ou por estado?
5. Quem determinou que o Estado receba 50%, o setor agropecuário 25% e as comunidades que preservam somente 25% dos benefícios?

Grupo 3 - Aldeia Catãmjê (cacique Josiel): o grupo destacou as dificuldades dos anciões em compreender o funcionamento do programa e enfatizou a importância de preservar as culturas tradicionais de cultivo de roças. As perguntas levantadas foram:

1. Haverá privatização ou perda de domínio sobre o Território Indígena após a implementação do JREDD+?
2. Como será feito o repasse financeiro para as comunidades?
3. Se os recursos forem mal aplicados pelas associações, o que será feito para garantir a transparência?
4. Por que os agricultores irão receber os benefícios de forma similar aos indígenas, e quais garantias existem de que o desmatamento será de fato reduzido?

Grupo 4 - Aldeia Lankraré (cacique Mariano): o grupo elencou diversos questionamentos sobre o programa, seguem os principais:

1. Sobre a distribuição dos recursos financeiros: a parcela destinada aos PIQPCTAF é desproporcional.
2. Repartição dos benefícios: falta clareza na proposta de divisão.
3. Há centralização dos recursos financeiros?
4. Pré-Análise das toneladas de carbono: potencial fraude na análise da quantidade de carbono do estado.
5. Superestimação de valores: foram inflacionados para garantir mais recursos do que realmente seria devido pelas emissões?
6. Venda de créditos: dúvida sobre a venda "única" dos créditos, sem possibilidade de revenda posterior.
7. Recursos para o agronegócio: por que 25% dos recursos foram destinados ao agronegócio?
8. Os povos indígenas estão sendo excluídos do monitoramento?
9. Existe ou não uma auditoria independente para verificar os recursos gerados?
10. As áreas da Ilha do Bananal com projeto de REDD particular serão contabilizadas pelo Estado?

Grupo 5 - Aldeia Itarô (cacique Wapoxiré Āwa): o cacique justificou que como não havia participado das atividades anteriores, apresentaria apenas duas dúvidas pertinentes ao assunto:

1. Como as comunidades indígenas serão beneficiadas?
2. Elaboração de Projetos: quem irá elaborar os projetos, pois há a preocupação de serem de "fora para dentro"?

As 7 Salvaguardas de Cancún

O ponto focal Célio Kanela deu início à apresentação das 7 Salvaguardas de Cancún, que trazem diretrizes para garantir os direitos sociais e ambientais do JREDD+. São elas:

1 - Respeito às leis e acordos de proteção da biodiversidade: o Código Florestal e a PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas) são exemplos de regras que devem ser respeitadas, bem como os acordos e convenções internacionais.

2 – Governança transparente: a Ouvidoria é uma das ferramentas de gestão dentro do escopo de governança.

3 – Respeito ao conhecimento e direito dos povos: nesta salvaguarda inclui-se a responsabilidade com a preservação dos modos de vida tradicionais e cultura.

4 – Participação plena e efetiva: Célio usou as cores da logomarca do programa para exemplificar os grupos prioritários que devem ser considerados pelo JREDD+.

Os participantes fizeram algumas considerações, gerando uma pequena pausa na exposição das demais salvaguardas.

A representante da Funai, Clarisse, retornou à Salvaguarda 1 para explicar que o programa de JREDD+ não pode entrar em conflito com a legislação federal ou indigenista. Em relação à transparência, acrescentou que a Ouvidoria da CONAREDD e da Funai também podem auxiliar na fiscalização das ações do Estado.

A questão dos recursos financeiros também entrou na pauta.

Joel Krahô-Kanela (aldeia Catãmjê) diz que o retorno dos recursos do ICMS Ecológico arrecadado pelo município de Lagoa da Confusão não é percebido e que os indígenas não recebem o atendimento adequado do município.

Célio (ponto focal do estado) lembrou que é possível pesquisar no orçamento anual de cada município o montante destinado aos povos indígenas.

Marquinho Karajá (Arpit) lembrou que há diferenças entre ICMS Ecológico e os benefícios do JREDD+, enfatizando que o programa precisa atender aos critérios do Padrão Internacional ART TREES (arquitetura para transações de JREDD+, tradução livre da sigla em inglês). Afirmou, também, que a oficina é um dos primeiros passos e que muitas outras ações deverão ser realizadas para concluir o programa.

Célio (ponto focal do estado) retomou a apresentação das salvaguardas, falando sobre a criação do Sigma (Sistema de Gestão Ambiental), uma ferramenta de monitoramento do desmatamento e degradação ambiental. Está é, justamente, uma ação alinhada com a próxima salvaguarda:

5 – Proteger as florestas e ecossistemas naturais.

6 – Evitar risco de reversão: o grande desafio é garantir que o patamar de redução já alcançado continue em queda.

7 – Evitar vazamentos de reversão do JREDD+: os entes da federação devem se unir para que os empreendedores não saiam em busca de novas áreas para explorar a partir do momento que uma região se torne sustentável e monitorada.

Noé (aldeia Lankraré) questionou, novamente, a participação do agronegócio no processo.

Célio (ponto focal do estado) explicou que a legislação mudou e aborda a importância de ouvir as comunidades na construção das políticas públicas.

Clarisse (Funai) reiterou que o programa considera toda a jurisdição (território estadual) no processo de implementação.

Marquinho Karajá (Arpit) questionou quem seria responsável pela fiscalização do programa e alertou que os acordos entre o Estado e entes federados podem ser moldados conforme interesses próprios. Sugeriu que os povos indígenas também sejam consultados sobre os mecanismos de fiscalização.

Célio respondeu que a legislação já define os órgãos competentes pela fiscalização, cabendo ao Estado organizar a distribuição dos recursos entre essas entidades.

Avaliação do Dia

O processo de avaliação do primeiro dia de trabalho foi bastante dinâmico e participativo.

Wagner Krahô-Kanela (aldeia Catâmjê) sugeriu diversidade no cardápio, com inclusão de outro tipo de carne, além de frango, considerando restrições alimentares de alguns participantes.

Renato Krahô (aldeia Takaywrá) observou que as respostas geraram novas dúvidas e destacou a necessidade de aprofundar as explicações, já que alguns participantes ainda não haviam compreendido plenamente o tema.

Marquinhos Karajá (Arpit) elogiou o debate e demonstrou interesse na continuidade. Mencionou preocupações com áreas de irrigação autorizadas pelo órgão ambiental do Estado e com campanhas que, segundo ele, mascaram impactos ambientais. Criticou a contradição de financiadores do REDD+ que também promovem o desmatamento. Defendeu ampliar a discussão para instâncias internacionais e incluir os grandes poluidores. Alertou que o debate deve ir além do aspecto financeiro, considerando também os impactos políticos e ambientais, como as secas extremas e o descumprimento das leis ambientais do Estado, que considera ser uma das melhores do país.

Noé Krahô-Kanela (aldeia Lankraré) elogiou o aprendizado proporcionado pela oficina. Solicitou a construção de uma proposta até domingo, para que seja discutida na audiência pública a repartição percentual entre os participantes. Também pediu revisão na porcentagem destinada ao agronegócio.

O primeiro dia de oficina foi encerrado por volta das 18h40.

DIA 2: SÁBADO, 10 DE MAIO DE 2025

PARTICIPANTES

1. CLARICIA G. GUAJAJARA LIMA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
2. LETICIA HIRARI KARAJÁ (ALDEIA CATÁMJÊ)
3. ANGELINA MATOS DA SILVA (ALDEIA CATÁMJÊ)
4. JOSÉ VALDETE XORXO R. DA COSTA KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
5. LUCINEIDE ROHTIKWYJ KRAHÔ (ALDEIA CATÁMJÊ)
6. RAYANE ALVES CABRAL (ALDEIA LANKRARÉ)
7. KARITA GOMES GUAJAJARA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
8. WAGNER KATAMY R. DA S. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
9. RENATO P. P. C. L. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
10. MARIA DAS GRAÇAS DE S. LIMA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
11. WALDICLÉIA M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
12. AMELHUZAM W. R. V. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
13. DOMINGOS KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
14. ROSILENE KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
15. LETIELY XANAHIRÚ MATOS KRAHÔ- KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
17. MARIA ELZA AMXÔKWJ R. M. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
19. MAYKELE PAKKIM M. DE ALMEIDA KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)

20. ALMIR HAPARY MATOS GOMES KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
21. JOEL MATOS GOMES KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
22. JOSIEL HUJKA MATOS GOMES KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
23. ADÃO DOS SANTOS APINAJÉ (ALDEIA LANKRARE)
24. CARLOS HENRIQUE HAJAKRI LACERDA KRAHÔ (ALDEIA CATÂMJÊ)
25. ARGEMIRO W. G. R. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA LANKRARE)
26. ASSÊNCIO I. P. DA SILVA JAVAÉ (ALDEIA ÍTARÔ)
27. TUAMANE T. AWA (ALDEIA ÍTARÔ)
29. ANA CAROLINA KAKECOYÝ MATOS DE ALMEIDA KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
30. TAIS IKURE A. M. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
31. HELOISA SANTOS BISPO (ALDEIA LANKRARE)
32. RAIANE BARBOSA DA SILVA (ALDEIA LANKRARE)
33. ANA PAULA VIEIRA FRANCO – SEMARH/LAGOA DA CONFUSÃO
34. LEVI PÊPHÁ BRITO R. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
35. ALBERTINA PRUMKWOYJ M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
36. DAVI CAMÔC REIS LIRA KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
37. JULITA GOMES GUAJAJARA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
38. VALDILEIA PEXÉ MATOS G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
39. JULIA KAYPÚ S. M. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
40. ANA CLARA W. SOARES M. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
41. ALDENOURA PEREIRA DOS S. RIBEIRO (ALDEIA LANKRARE)
42. BATISTA CYXÔ KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
43. WAPOXIRE TUXI SILVA ĀWA (ALDEIA ÍTARÔ)
44. KALLYTA MENDES MARTINS GOMES (ALDEIA CATÂMJÊ)
45. LARA DOS SANTOS BISPO (ALDEIA LANKRARE)
46. EMANOEL KÊJAWEN DA SILVA GUIMARÃES KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
47. OLGA CUKUKWOYY KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
48. RAILTON COHTETET KRAHÔ (ALDEIA CATÂMJÊ)
49. RAIMUNDA R. DE SOUZA - SEVIDORA DA PREFEITURA DE LAGOA DA CONFUSÃO
50. HELOISY BARBOSA MATOS (ALDEIA CATÂMJÊ)
51. EMILY BARBOSA MATOS (ALDEIA CATÂMJÊ)
52. LUZA KRIKWOYJ R. C. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÂMJÊ)
53. EVERTON ED. CARVALHO (ALDEIA CATÂMJÊ)
54. WESLAYNE R. S. FERREIRA – SEMARH/LAGOA DA CONFUSÃO
55. RAUTUIRÉ R. G. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
56. SUEIDE VALADARES KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
57. ONEIDE RIBEIRO DA SILVA (ALDEIA CATÂMJÊ)

Abertura

A programação do segundo dia de oficina teve início às 8h30, quando o cacique Wagner Krahô-Kanela (aldeia Catâmjê) cumprimentou os parentes nas línguas maternas e os convidou para participar de uma apresentação cultural.

Domingos Krahô (aldeia Takaywrá) fez uma saudação na língua materna e iniciou a apresentação com canto, *cuhtoj* (maracá) e dança tradicional. A manifestação cultural reuniu homens, mulheres e crianças. Domingos cantou a música *WEWE TURE* (borboleta alegria), com a participação ativa das mulheres no canto, enquanto todos dançavam.

Leda Luz (moderadora) iniciou mais um dia de trabalho cumprimentando os participantes, perguntando se estavam descansados e destacando que o dia seria

abençoado. Convidou Mamed Karin (facilitador gráfico) para apresentar o quadro ilustrativo das atividades do dia anterior.

Mamed (facilitador gráfico) explicou o conceito de JREDD+, abordando o papel do carbono e a inserção dos indígenas no programa. Ele destacou que o programa visa beneficiar as comunidades com a redução de emissões do agronegócio, que é o foco do programa, e não as reduções diretamente ligadas aos indígenas, tendo em vista que os mesmos não são agentes degradadores. Ressaltou que o JREDD+ foi criado pela ONU e não é exclusivo para o estado do Tocantins, pois é uma iniciativa de abrangência mundial. Além disso, Mamed enfatizou a importância dos indígenas escolherem seus representantes para a audiência pública, que ocorrerá em Palmas. Falou também sobre as salvaguardas, usando analogias como o acidente da barragem de Mariana (MG) para explicar a “proteção” orientada pela ONU, que garante as indenizações e a segurança do programa.

Leda moderadora deu continuidade, retomando as questões do dia anterior sobre o JREDD+ como política pública. Ela fez um resumo das dúvidas respondidas e esclareceu que algumas perguntas seriam abordadas ao longo do dia. Informou que melhorias, como a diversificação do cardápio, já haviam sido consideradas no jantar do dia anterior. A programação do dia foi compartilhada, prevendo, pela manhã, a discussão sobre quem está envolvido no JREDD+ e a repartição de benefícios; para o período da tarde, serão organizados grupos de trabalho para definir as ações importantes para os indígenas dentro do subprograma voltado aos PIQPCTAFQ.

Wagner Krahô-Kanela (aldeia Catámjê) destacou a posição do grupo dentro do programa e mencionou o bombeamento do Rio Formoso para a irrigação das lavouras. Criticou a postura passiva do órgão fiscalizador (Naturatins), diante de deputados e senadores que, no seu entendimento, estão alinhados com ações que prejudicam o meio ambiente. Wagner ressaltou que os territórios indígenas (TI) estão sendo alvo de pressão do agronegócio, que tem interesse em explorar peixes e madeira, e contam com a conivência de fiscais. Destacou a necessidade de conscientizar os indígenas sobre as questões internas dos seus territórios. Enfatizou que, caso o órgão fiscalizador não altere as práticas de licenciamento, as ações de preservação serão ineficazes. Também reiterou que os TIs pertencem à União, com usufruto pelos indígenas. Destacou, ainda, a atuação do procurador federal na luta pelo Rio Formoso e pelas causas ambientais.

Leda (moderadora) apresentou a "sementeira de ideias", que pode ser utilizada para registrar assuntos que não poderão ser tratados nas oficinas, mas que são de importância. Ao final, esses pontos podem ser encaminhados para discussão ou resolução posterior.

Importância dos PIQPCTAF

Célio Kanela (ponto focal do Estado), iniciou cumprimentando a todos e reforçou que durante a programação da tarde seria discutida a aplicação dos recursos. Começou perguntando sobre os grupos envolvidos no JREDD+, destacando que, além do Estado, produtores rurais e os PIQPCTAF fazem parte. Mencionou a pergunta do dia anterior sobre como garantir a interrupção do desmatamento e destacou o Acordo de Paris, enfatizando que a aplicação das salvaguardas assinadas em Cancún garantem a redução do desmatamento. Fez (novamente) analogia com a compra de arroz para explicar a aplicação das salvaguardas.

Célio (ponto focal do Estado) ressaltou que o Estado precisa regularizar as terras e organizar a fiscalização, mencionando a Comissão de Regularização Fundiária do

Tocantins. Abordou também o agronegócio, explicando que o mercado internacional exige dos produtores o cumprimento de selos de qualidade, e que, caso o setor não se adeque, terá dificuldades para vender seus produtos. Falou sobre a resistência do agronegócio ao JREDD+, pois o setor será obrigado a se adequar aos padrões exigidos pelo mercado internacional. Citou que o agronegócio já possui um plano para o uso dos recursos do JREDD+ e fez uma analogia com a construção de uma casa, explicando as exigências legais para a construção, como a necessidade de deixar 65% da área para reserva legal.

Célio (ponto focal do Estado) concluiu dizendo que o JREDD+ é uma iniciativa internacional e que o mercado externo pressiona o Brasil. O Estado, por sua vez, já está investindo em tecnologias para iniciar o monitoramento e discutindo a regularização dos Territórios Indígenas irregulares. Destacou, ainda, a importância do CAR (Cadastro Ambiental Rural) como ferramenta fundamental para fiscalizações, pois fornece informações detalhadas e o histórico das propriedades.

Adão Apinajé (aldeia Lankraré) trouxe como exemplo as queimadas e o desmatamento, destacando a importância de compreender as diferenças entre esses processos.

Célio (ponto focal do Estado) aproveitou o exemplo de Adão para explicar a diferença entre desmatamento e degradação, sendo o desmatamento o corte total das árvores para a implantação de pastagem ou agricultura e a degradação, pode ser caracterizada como a retirada ilegal de madeira e as queimadas sem controle que se transformam em incêndios. Confirmou que, devido a esses problemas, a Semarh investiu em tecnologia para aprimorar o monitoramento das áreas. Com isso, o sistema é capaz de identificar a situação das áreas, dificultando que ocorram enganos, especialmente aqueles que, de má fé, alegam não serem responsáveis pelo desmatamento ou degradação de determinadas áreas.

Clarisse (Funai) cumprimentou os participantes e fez um esclarecimento sobre a reserva legal - RL, destacando que na Amazônia Legal a exigência da RL é de 80% em áreas de floresta e 35% em áreas situadas no Cerrado.

Célio (ponto focal do Estado) explicou que o Ibama e o Incra integram o Grupo de Trabalho (GT) para a regularização fundiária, junto com outros órgãos.

Noé Krahô-Kanela (aldeia Lankraré) perguntou se seria possível incluir os indígenas na discussão do CAR, para que eles próprios participassem das análises e discussões sobre o cadastro. Solicitou também o acesso ao CAR pelos indígenas.

Célio (ponto focal do Estado) informou que a solicitação de Noé Krahô-Kanela fosse incluída no relatório. O ponto focal questionou os participantes sobre o impacto do JREDD+ nas comunidades, se o programa impediria as comunidades de continuar com seus modos de vida tradicionais. Em seguida, Célio reafirmou que o JREDD+ não interferirá nesses modos de vida e que a legislação continuará sendo cumprida.

Clarisse (Funai) esclareceu que, em relação à sugestão de Noé, o CAR é destinado a terras privadas, o que não se aplica aos territórios indígenas. Ressaltou que o maior problema para os TIs é a sobreposição de CARs de áreas da União com áreas estaduais.

Noé Krahô-Kanela (aldeia Lankraré) questionou sobre o CAF (Cadastro de Agricultor Familiar) para melhor entender a diferença entre o CAR e o CAF.

Célio (ponto focal do Estado) explicou que o CAF é voltado aos agricultores familiares, enquanto o CAR é equivalente ao registro da propriedade privada da terra.

Clarisse (Funai) reforçou a diferença entre o CAR e o CAF e disse que as comunidades indígenas não precisam participar diretamente das decisões do CAR, pois a Funai está inserida no processo.

O grupo fez uma pausa para o lanche.

Leda (moderadora) retomou a programação, lembrando os pontos abordados na fase anterior.

Célio (ponto focal do estado) comentou que a proposta da ART-TRESS foi apresentada no Conselho Estadual de Meio Ambiente e a Funai questionou a repartição dos benefícios. Ele mencionou que as porcentagens já haviam sido aprovadas pelo COEMA.

Clarisse (Funai) explicou que as decisões são tomadas pelo COEMA, por isso todas as questões relacionadas ao JREDD+ serão discutidas e aprovadas pelo Conselho. O Estado precisa comprovar que as etapas estão sendo cumpridas. Falou sobre a proposta de governança, mencionando que duas minutas de decreto foram apresentadas ao COEMA: uma para o Fundo Clima e outra para o CEVAT. Também explicou que a repartição de benefícios seguiu o padrão certificador da ART-TRESS, e que, devido ao alto custo do processo, o Estado recebeu um adiantamento. As porcentagens foram apresentadas com base na proposta de estoque (reservas) e fluxo, e os valores foram selecionados com base em um relatório. A proposta da Funai sobre a repartição de benefícios e governança foi discutida com os povos indígenas e será aprovada somente após as consultas serem finalizadas.

Célio (ponto focal do estado) comentou sobre a consulta pública on-line, que será o passo seguinte às oficinas, observando que nem todos têm acesso ou podem participar pessoalmente das oficinas. Por isso, a consulta ficará disponível por 30 dias para que as comunidades possam manifestar suas opiniões. As contribuições serão organizadas após o fechamento da consulta pública e apresentadas na Audiência Pública para os encaminhamentos finais.

Adão Apinajé (aldeia Lankraré) questionou os percentuais de repartição propostos, sugerindo que as comunidades indígenas deveriam receber valores mais altos, especialmente considerando o papel das comunidades na preservação ambiental. Ele levantou a questão da igualdade em relação ao agronegócio.

Repartição de Benefícios

Célio (ponto focal do estado) iniciou sua explicação sobre a repartição de benefícios do JREDD+ utilizando como exemplo uma melancia para ilustrar a divisão dos recursos. Explicou que a proposta apresentada e aprovada pelo COEMA prevê a seguinte repartição: 50% para o Estado, 25% para os produtores rurais e 25% para os PIQPCTAF. Justificou que o Estado está liderando a iniciativa de redução de emissões para viabilizar a comercialização e que foi necessário incluir o setor do agronegócio, pois este alegava que, sem benefícios, não participaria do programa. Destacou que, sem a adesão do agronegócio, que é o principal causador de desmatamento e degradação, nenhuma das partes teria ganhos. Enfatizou a

necessidade de investimento em tecnologia, fiscalização, brigadas de prevenção e combate a incêndios e regularização fundiária para combater o desmatamento e a degradação. Informou também que, no momento, está sendo negociado o carbono de degradação, não o de conservação, por questões de prazos de comercialização.

Noé Krahô-Kanela (aldeia Lankraré), novamente, questionou a possibilidade de alteração dos percentuais apresentados.

Joel Krahô-Kanela (aldeia Catâmjê) também demonstrou insatisfação com a proposta de repartição, especialmente com a maior fatia sendo destinada ao Estado. Destacou que os povos que efetivamente preservam o meio ambiente deveriam ter sido consultados previamente e receber maior participação nos recursos.

O vice-cacique da aldeia Lankraré, Argemiro Krahô, reforçou o direito de expressão na plenária. Relatou sua vivência de 65 anos ligada à terra e refletiu sobre as mudanças dos últimos 40 anos, questionando se os jovens de hoje conseguirão retomar modos de vida tradicionais, como o plantio e o trabalho com a enxada. Usou a metáfora da "picada de cobra" para descrever os impactos negativos do JREDD+, que, segundo ele, representa uma redução de direitos das comunidades. Criticou os valores propostos para as comunidades indígenas, relatando sua experiência em Gurupi, onde participou de um evento e verificou que os recursos destinados aos indígenas foram de R\$ 9 mil, em contraste com valores mais altos destinados ao agronegócio. Questionou a ausência de transparência quanto aos repasses e criticou a tomada de decisões sem a participação indígena. Enfatizou a importância de não concordar com propostas que fragilizam os direitos indígenas, alertando que os jovens sofrerão as consequências dessas decisões no futuro.

Renato Krahô (aldeia Takaywrá) questionou como se dará a repartição de benefícios no caso dos agricultores familiares.

Noé Krahô-Kanela (aldeia Lankraré) complementou a fala anterior, defendendo que todos os agricultores familiares devem ser considerados e contemplados nas decisões e repartições.

Célio (ponto focal do estado) afirmou que a proposta que está sendo apresentada não é uma imposição. Reforçou que todos têm o direito de propor mudanças, tanto nas próximas discussões presenciais em Palmas quanto por meio das consultas públicas *on-line*.

Davi Krahô (aldeia Takaywrá) levantou questionamentos sobre a capacidade e autonomia das comunidades indígenas para realizar a vigilância e fiscalização dos territórios. Destacou que os TIs são de responsabilidade federal e exigem autorização da Funai. Questionou por que o Estado ficará com 50% dos recursos e porque não remunera os próprios indígenas para exercerem a função de vigilância dos TIs. Criticou a atuação dos órgãos fiscalizadores estaduais, especialmente o Naturatins, e afirmou não confiar nele. Citou as brigadas indígenas como sendo voluntárias, quando deveriam ser remuneradas. Também mencionou a saída dos EUA do Acordo de Paris, questionando se um futuro presidente eleito no Brasil poderia comprometer a continuidade do JREDD+, ou seja, se a mudança de governo poderia afetar as políticas do programa.

Levi Krahô (aldeia Takaywrá) demonstrou preocupação com a imposição da divisão dos recursos e com o fato de já haver repasses adiantados. Alertou para os impactos de longo prazo do programa e relatou exemplos de comunidades que

aderiram a programas semelhantes e enfrentaram dificuldades. Destacou a gravidade do tema, lembrando que outros países já devastaram seus territórios e agora financiam a preservação em outros lugares, o que pode ser visto como incentivo ao desmatamento.

Célio (ponto focal do estado) esclareceu que o prazo para implementação do JREDD+ focado nas reduções vai até 2030 e que, após esse período, apenas a União poderá operar programas de JREDD+. A partir de 2030, será possível trabalhar as políticas de JREDD+ de conservação, mas essa será uma discussão para outro momento. Explicou que as regras nacionais ainda estão sendo definidas pela CONAREDD, e que o Estado do Tocantins ainda não vendeu créditos de carbono, apenas firmou compromisso com uma investidora. Ressaltou a diferença entre programas públicos e privados de JREDD+, explicando que os problemas relatados em experiências anteriores referem-se principalmente a contratos privados, nos quais o Estado não participa. No caso dos programas públicos, há o acompanhamento e fiscalização de órgãos como o Ministério Público Estadual (MPE). Citou o exemplo do estado do Pará, onde o Ministério Público interrompeu o programa por falta de consulta às comunidades, destacando que o Tocantins está se esforçando para garantir o cumprimento de todas as salvaguardas.

Noé Krahô-Kanela (aldeia Lankraré) comentou que, segundo o próprio Estado, a previsão de comercialização com o JREDD+ pode chegar a 2,5 bilhões de toneladas. Apontou que, ao ter acesso aos editais (para participar de projetos), muitas vezes isso ocorre fora do prazo adequado para participação das comunidades. Questionou se os valores não utilizados em um ano poderiam ser aproveitados no ano seguinte.

Célio (ponto focal do estado) respondeu que os recursos são destinados ao Fundo Clima, que tem regras diferentes dos recursos públicos convencionais. Apenas a parte que cabe ao Estado vai para sua administração direta; o restante fica sob responsabilidade do Fundo Clima.

Noé Krahô-Kanela (aldeia Lankraré) criticou a burocracia envolvida no processo de submissão dos editais e da administração pública em geral e questionou como será a regulamentação dos créditos de conservação, considerando que os territórios indígenas pertencem à União.

Célio (ponto focal do estado) explicou que a regulamentação dos créditos de conservação ainda está em fase de discussão normativa, e que não há definições completas sobre isso até o momento.

O cacique José Valdete Krahô (aldeia Takaywrá) relatou experiências de disputa com o agronegócio e demonstrou ceticismo quanto à efetividade dos benefícios, afirmando que, se chegarem às comunidades, serão poucos.

Célio (ponto focal do estado) retomou o questionamento de Davi Krahô Takaywará, informando que à tarde seria discutida a aplicação dos recursos, e que os próprios indígenas poderiam indicar onde os valores devem ser investidos. Fez uma breve explicação sobre como isso funcionará.

Davi Krahô (aldeia Takaywará) voltou a questionar se uma possível mudança de governo poderia impactar a continuidade do JREDD+.

Célio (ponto focal do estado) respondeu que não, pois o JREDD+ é uma política de Estado, não de governo, e que os governos estão criando “barreiras” para

assegurar a continuidade e regularização dessas políticas independentemente de mudanças de gestão.

Rautuiré Krahô (aldeia Takaywrá) destacou preocupações com a falta de representatividade indígena no governo estadual e a predominância de interesses do agronegócio, inclusive no Senado. Relatou ameaças de expulsão de territórios pertencentes ao Incra e mencionou que já foram silenciados por pressões do setor agropecuário. Ressaltou a ausência de representantes municipais na oficina, indicando que o governo local não os apoia (a secretaria municipal esteve presente apenas no primeiro dia). Denunciou, ainda, impactos ambientais, como a morte de tartarugas na barragem de Formoso, que afeta também a subida dos peixes, com conivência de órgãos fiscalizadores. Agradeceu a presença da Funai e reforçou a importância do espaço de fala e escuta entre os participantes.

Clarisse (Funai) abordou a importância da proteção patrimonial por meio do JREDD+, com o protagonismo indígena na proteção territorial, como já ocorre em outros estados. Informou que não há repasse previsto do Estado para a Funai, mas que outras iniciativas podem viabilizar esse trabalho, desde que haja articulação entre governo e povos indígenas. Reforçou a importância da participação indígena na governança para qualificar os recursos destinados a essas comunidades. Convidou os indígenas a se envolverem nas discussões do COEMA e sugeriu a criação de um comitê dentro da Arpit para fortalecer essa participação. Quanto aos benefícios, relatou que, segundo a Semarh, os recursos serão destinados a projetos via associações, e que há disposição para apoiar a capacitação e regulamentação dessas entidades. Solicitou ao Célio (ponto focal do Estado) esclarecimentos sobre essa proposta.

Célio (ponto focal do estado) confirmou que o Grupo de Trabalho (GT) já prevê destinar parte dos recursos para fortalecer as organizações comunitárias, com verba do Estado, envolvendo não apenas a Semarh, mas também a Sepot. Enfatizou a necessidade de capacitação para acesso aos recursos e destacou que os valores não se destinam apenas à fiscalização, mas também ao desenvolvimento de políticas públicas por outros órgãos. Reafirmou que o debate atual não visa aprovação imediata, mas apresentação das propostas em andamento. Também confirmou que as comunidades não são obrigadas a participar do JREDD+ e que isso será respeitado. Informou, ainda, que a discussão sobre os percentuais, a inclusão de uma cadeira indígena no COEMA e a publicação on-line dos documentos serão registradas em ata.

Wagner Krahô-Kanela (aldeia Catãmjê) apontou que os recursos destinados aos indígenas são divididos com outras comunidades (quilombolas e agricultores familiares) e que as ações de fiscalização devem ocorrer com acompanhamento da Funai. Criticou a falta de debate com as comunidades sobre decisões do COEMA e defendeu maior participação indígena nas esferas municipais, inclusive nas câmaras municipais, incentivando mais união política entre os povos.

Noé Krahô-Kanela (aldeia Lankraré) sugeriu que os 50% dos recursos destinados ao Estado sejam repassados para a Sepot, com o objetivo de fortalecer a atuação da pasta. Solicitou a inclusão do pedido no documento de registro da oficina.

Almir Krahô-Kanela (aldeia Catãmjê) levantou preocupações quanto às consequências do programa, especialmente diante do histórico de dificuldades na regularização dos territórios indígenas, e alertou sobre os riscos do REDD privado. Ressaltou a importância de distribuir os recursos de forma igualitária e refletir sobre os impactos e benefícios da participação no JREDD+.

Wagner Krahô-Kanela (aldeia Catâmjê) também relatou contato direto da empresa Biofix com sua comunidade para o fechamento de contrato particular e questionou a inclusão dos Javaé no programa jurisdicional.

Célio (ponto focal do estado) respondeu que o JREDD+ jurisdicional trata-se da jurisdição de todo o estado, portanto, todos os povos devem ser consultados. Explicou que os créditos comercializados de forma particular serão subtraídos do total estadual, sendo necessário informar oficialmente o Estado para evitar dupla contagem. Destacou que créditos de carbono antigos têm menor valor de mercado.

Davi Krahô (aldeia Takaywará) reforçou a importância da participação das mulheres indígenas nos processos de decisões.

Célio (ponto focal do estado) concluiu dizendo que, no período da tarde, seria apresentada a forma de acesso aos recursos.

Foi realizada a pausa prevista para o almoço e descanso.

As atividades da tarde tiveram início às 14h, com a apresentação PYRIJ JAKÀ. Enquanto o senhor Domingos Krahô (aldeia Takaywrá) cantava, um grupo de homens o acompanhava com uma dança marcada pela batida dos pés e o som do cinto (Xy), uma espécie de instrumento amarrado ao tornozelo.

Em seguida, Julita Gomes Guajajara (aldeia Takaywrá) saudou os presentes na língua Tupy Guarany e cantou uma música de sua autoria chamada "TUPÂN HEPYHAR" (Deus é Poderoso).

Governança do JREDD+

Na sequência, o ponto focal do Estado/Sepot, Célio Kanela, apresentou as instâncias de Governança do JREDD+ e respectivas responsabilidades, destacando:

COEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) - responsável por regulamentar, definir as regras;

CEVAT (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento da PEPSA) - responsável por validar e dar transparência ao Programa, que também fará a análise e validação dos projetos;

Fundo Clima - todo recurso oriundo do REDD vai para este fundo específico. No Conselho Diretor do Fundo Clima ocorrerão decisões importantes, como aprovação do Plano de Aplicação e execução da Repartição de Benefícios.

A representante da Funai, Clarisse Raposo, aproveitou os slides da apresentação para detalhar cada entidade integrante da CEVAT e do Fundo Clima. Disse que foi necessário fazer gestão para que houvesse paridade entre os representantes da sociedade civil, garantindo a participação dos povos indígenas. A entidade representante dos povos indígenas do Estado será definida após o processo de oficinas de consulta prévia.

Clarisse (Funai) se dirigiu aos presentes para explicar minuciosamente o papel de cada esfera de tomada de decisão e a importância de indicar uma entidade que faça uma representação efetiva, fazendo os enfrentamentos necessários. Clarisse

ênfatiou: “A representação indígena vai fazer parte da governança. É muito importante que vocês garantam uma representação qualificada nesta instância de tomada de decisão, senão as decisões acontecem e vocês nem ficam sabendo”.

Célio (ponto focal do estado) explicou que os subprogramas serão elaborados a partir das sugestões locais, das sugestões durante o período de consulta on-line e audiência pública. O ponto focal acrescentou: “Depois a Semarh validará e encaminhará para a execução”.

Renato Krahô (aldeia Takaywrá) ponderou que há resistência da sociedade quando se fala nas questões indígenas e que outras entidades costumam possuir uma força maior. Questionou por que o nome da Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins) não estava relacionado. Aproveitou para perguntar como será o acesso aos projetos, se seria por meio de editais: “Tem muitas comunidades indígenas que não sabem como entrar, como participar de um edital, elas terão que se adequar ao sistema para participar”.

A ausência da Arpit na CEVAT e no Conselho Diretor do Fundo Clima também foi questionada por Noé Chaves (aldeia Lankraré).

Cacique Wagner (aldeia Catàmjê) lembrou que quando a questão começou a ser discutida o nome de outras entidades, como o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), também foram apresentados. Para ele, a Arpit é a organização que deve representá-los.

Clarisse (Funai) trouxe um exemplo do Mato Grosso, que criou um comitê específico para o JREDD+ com a presença de um membro de cada povo para fazer gestão junto às entidades representantes dos povos indígenas em cada esfera de governança do programa. A representante da Funai disse que, ao decidir pela entidade, deveriam ser considerados mecanismos de participação efetiva e sugeriu o aporte de recursos específicos para a qualificação e fortalecimento das instituições.

Uma presença maior da Arpit e entidades representativas dos povos indígenas foi reiterada pelos presentes. Davi destacou: “A Arpit nos representa, mas somos muito esquecidos. Precisamos rever a nossa articulação em nível de Estado a nossa representação precisa considerar as comunidades daqui”.

Célio (ponto focal do estado) ênfatiou que todos os povos terão representação e que o grupo faria sua indicação durante a oficina formativa, bem como dos representantes para a audiência pública.

Ouvidoria

Em seguida, Célio (ponto focal do Estado) apresentou a Ouvidoria do JREDD+, que é um canal específico, interligado aos demais órgãos, para questionamentos, denúncias e acompanhamento do programa. Célio ressaltou que a Ouvidoria tem prazo para responder às demandas e que a Ouvidoria da Sepot também poderia ser acionada.

Ações Importantes

Leda (moderadora) disse que a próxima etapa seria o “coração pulsante da oficina” e que cada aldeia deveria refletir e informar as ações importantes para que os povos indígenas continuem mantendo seu modo de vida tradicional e proteção das

florestas. A moderadora lembrou que muitas ações já tinham sido mencionadas em outros momentos da oficina e que havia chegado o momento de colocar as sugestões no papel.

Após as orientações, o público se dividiu em grupos de trabalho. Terminada a reflexão, cada aldeia apresentou as suas demandas. Como as mesmas foram aninhadas por eixos logo na sequência, optou-se por não relacioná-las por aldeia, evitando repetição.

Destacam-se alguns pontos comuns às aldeias:

- necessidade de vigilância e proteção do território com ações de monitoramento, fiscalização, prevenção e combate a incêndios florestais;
- importância de resguardar a cultura indígena de maneira abrangente (língua, artesanato, medicina, costumes, modo de produção tradicional);
- geração de renda por meio de projetos sustentáveis e com valor agregado que possibilitem a autonomia financeira;
- capacitação em diferentes áreas, com foco na juventude indígena, empoderando e qualificando para serem protagonistas nos desafios futuros;
- garantia do direito de ir e vir, com melhoria de estradas e embarcações adequadas para fazer a travessia dos rios, especialmente em caso de emergência médica, o que se torna mais difícil no período das chuvas.

Célio (ponto focal do estado) informou que as ações sugeridas serão encaminhadas por meio do documento Ajuda Memória, que será lido e assinado ao término da oficina. Alguns questionamentos e observações foram feitos em seguida.

Clarisse (Funai) perguntou como as sugestões serão formatadas para a captação de recursos do subprograma dos PIQPCTAFQ. Célio explicou que serão organizadas em linhas de aporte financeiro. Clarisse perguntou como a comunidade terá acesso às ações propostas, onde elas serão disponibilizadas. O ponto focal do Estado informou que elas serão consolidadas assim que as oficinas consultivas forem finalizadas e serão colocadas para consulta pública on-line por 30 dias, período que antecederá a audiência pública.

Cacique Wapoxire Āwa (aldeia Itarô) lembrou que as questões relacionadas à demarcação de terras indígenas são de competência do Governo Federal. Disse que o seu povo está em busca de uma área que a Funai possa comprar no Tocantins e que é fundamental que o Estado participe do debate de demarcação de terras, contribuindo para a celeridade do processo.

A representante da Funai, Clarisse chamou a atenção para ações propostas que se sobrepõem a competências de outras instâncias de governo. Também demonstrou preocupação em engessar o processo de forma que não seja possível apresentar outras sugestões depois de um amadurecimento sobre o programa junto com a comunidade, quando poderão pontuar novamente sobre o programa com mais propriedade.

Célio (ponto focal do estado) informou que este é um momento de construção e não será apresentado um projeto fechado antes que todas as partes envolvidas possam opinar.

Noé (aldeia Lankraré) validou a preocupação da Funai: “É muito prematuro apresentar propostas que vão definir o futuro das comunidades, que são diversas”.

A moderadora Leda tranquilizou dizendo que as ações prioritárias de cada grupo são propostas preliminares.

Em seguida, Leda (moderadora) convidou os presentes para fazer a avaliação do segundo dia de oficina. Listamos os pontos considerados:

Cacique Wagner (aldeia Catàmjê) destacou que proporcionar o debate de um assunto novo é de suma importância para sua comunidade. Parabenizou a dinâmica de participação da oficina, permitindo que as pessoas se expressassem.

Renato Krahô (aldeia Takaywrá) disse que algumas dúvidas haviam sido esclarecidas, mas que ainda era pouco, por se tratar de um projeto grande, que exige seriedade e cautela. Considerou que a linguagem técnica deveria ser mais clara. Também considerou o tempo pequeno para uma questão tão séria.

Rautuiré Krahô (aldeia Takaywrá) defendeu o que os parentes falaram e cobrou a presença efetiva de todas as esferas de governo junto às comunidades indígenas para debater e ouvir sobre as dificuldades que enfrentam e citou como exemplo as áreas de Saúde e Segurança. Parabenizou a participação de representantes do município, estado, Funai e lideranças no evento.

A programação encerrou às 18h20 e os participantes seguiram para o jantar.

DIA 03: DOMINGO, 11 DE MAIO DE 2025

PARTICIPANTES

1. CLARICIA GOMES GUAJAJARA LIMA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
2. KARITA GOMES GUAJAJARA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
3. LEVI PÊPHÁ BRITO R. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
4. LUCINEIDE ROHTIKWYJ KRAHÔ (ALDEIA CATÁMJÊ)
5. RAILTON COHTETET KRAHÔ (ALDEIA CATÁMJÊ)
6. MAYKELE PAKKIM M. DE ALMEIDA KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
7. LETIELY XANAHIRÚ MATOS KRAHÔ- KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
8. MARIA ELZA AMXÔKWJ R. M. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
9. ANGELINA MATOS DA SILVA (ALDEIA CATÁMJÊ)
10. OLGA CUKUKWOYY KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
11. CARLOS HENRIQUE HAJAKRI KRAHÔ (ALDEIA CATÁMJÊ)
12. JOEL M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
13. ALMIR HAPARY M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
14. ANA CAROLINA KAKECOYÝ MATOS DE ALMEIDA KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
15. DAVI CAMÔC REIS LIRA KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
16. RENATO PIMCRÊ PITYJ C. L. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
17. ADÃO DOS SANTOS APINAJÉ (ALDEIA LANKRARÉ)
18. MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA LIMA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
19. WAGNER KATAMY R. DA S. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
20. JOSÉ VALDETE XORXO R. DA COSTA KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
21. ONEIDE RIBEIRO DA SILVA (ALDEIA CATÁMJÊ)
22. BATISTA CYXÔ KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
23. JOSIEL HUJKA MATOS GOMES KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
24. ALBERTINA P. M. G. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
25. ANTONIO MARCOS S. L. KARAJÁ (ALDEIA MANUEL ACHURÊ)
26. TAIS IKURE M. A. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
27. VALDILEIA PEKÉ M. GOMES KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
28. EMANOEL KÊJAWEN DA S. G. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)

29. KALLYTA MENDES MARTINS GOMES (ALDEIA CATÁMJÊ)
30. PATRICIA H. G. R. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA LANKRARÉ)
31. ARGEMIRO W. G. R. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA LANKRARÉ)
32. DOMINGOS KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
33. ROSILENE KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
34. LETICIA HIRARI KARAJÁ (ALDEIA CATÁMJÊ)
35. ANA CLARA W. SOARES M. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
36. JULIA KAYPÚ S. M. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
37. RAIANE BARBOSA DA SILVA (ALDEIA LANKRARÉ)
38. SUEIDE VALADARES KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
39. RAUTUIRÉ R. GUIMARÃES KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
40. JULITA GOMES GUAJAJARA (ALDEIA TAKAYWRÁ)
41. LARA DOS SANTOS BISPO (ALDEIA LANKRARÉ)
42. HELOISA SANTOS BISPO (ALDEIA LANKRARÉ)
43. WAPOXIRE TUXI S. ÆWA (ALDEIA ITARÔ)
44. TUAMANE T. AWA (ALDEIA ITARÔ)
45. LUZA KRIKWOYJ R. C. KRAHÔ-KANELA (ALDEIA CATÁMJÊ)
46. EVERTON CARVALHO (ALDEIA CATÁMJÊ)
47. ALDENOURA PEREIRA DOS S. RIBEIRO (ALDEIA LANKRARÉ)
48. AMELHUZAM W. R. V. KRAHÔ (ALDEIA TAKAYWRÁ)
49. ASSÊNCIO I. P. DA SILVA JAVAÉ (ALDEIA ITARÔ)
50. RAIMUNDA R. DE SOUZA - SERVIDORA DA PREFEITURA DE LAGOA DA CONFUSÃO
51. NOÉ GAIO R. CHAVES (ALDEIA LANKRARÉ)

Abertura

As atividades do último dia de oficina iniciaram às 8h30.

Domingos Krahô (aldeia Takayeará) conduziu um momento cultural em homenagem ao “Dia das Mães”. Foi entoado o canto tradicional *ROHTI CÔ KÔT MÔ* (sucuri andando pelas águas), acompanhado do maracá (*CUHTOJ*), com ressalva para o canto das mulheres. Na aldeia, a música começa a ser cantada de madrugada e segue até o amanhecer para celebrar o dia que se inicia e para que todos acordem felizes, fortes e “na boa”.

Leda (moderador) deu as boas-vindas, parabenizou as mães e fez uma breve recapitulação das atividades do dia anterior, ressaltando os temas de governança, grupos envolvidos no programa e repartição de benefícios. Convidou o facilitador gráfico Mamed Karin para apresentar a produção visual dos assuntos já trabalhados.

Mamed (facilitador gráfico) destacou que o que está sendo discutido é válido para todas as comunidades (indígenas, agricultores familiares e quilombolas), lembrando que, pela lei em questão, os recursos devem ser aplicados prioritariamente em pautas ambientais. Explicou a dinâmica do mercado de carbono com analogia à venda de mandioca e reforçou que a redução das emissões de gases pelo setor agropecuário é essencial para a validação de créditos de carbono. Representou a lógica das reduções com uma “pizza” de repartição e explicou que, sem a implementação das salvaguardas e participação do agronegócio, não haverá benefícios para nenhuma das partes, inclusive as que preservam.

Célio (ponto focal do estado) pediu que Mamed reforçasse o ponto sobre as emissões. Mamed demonstrou na ilustração que o agronegócio precisa reduzir suas emissões para que o programa funcione.

Marquinho Karajá (Arpit) afirmou que os povos indígenas estão “reféns” do agronegócio, apontado por ele como ‘vilão’, e ressaltou que, apesar de o programa ser internacional, a repartição foi definida no COEMA e ainda pode ser alterada. Defendeu a valorização dos modos de vida indígenas e o fortalecimento do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) em terras indígenas. Criticou a ausência de atuação de outras secretarias do Estado junto aos povos indígenas, citando o ICMS Ecológico e a necessidade de reestruturação do Ruralins, que, segundo ele, está despreparado para atender as comunidades. Reforçou que é fundamental que os indígenas expressem o que querem.

Renato Krahô (aldeia Takaywrá) demonstrou preocupação com a forma de divisão dos recursos e com o papel do Estado na fiscalização. Questionou se, caso o agronegócio não reduza suas emissões, os indígenas e o Estado também deixarão de receber. Reforçou a necessidade de reestruturação do órgão de extensão rural e perguntou como os indígenas poderão acessar os recursos se não puderem manter suas práticas tradicionais.

Leda (moderadora) reforçou a importância da participação indígena nos espaços de decisão e convidou Clarisse para contribuir sobre as esferas de tomada de decisão - Fundo Clima e a CEVAT.

Clarisse (Funai) iniciou destacando que não poderia permanecer até o fim, mas que considerava seu papel como cumprido até ali. Utilizou a analogia de um quebra-cabeça para explicar a complexidade do programa JREDD+ e chamou a atenção para a escolha consciente dos representantes, considerando a responsabilidade e importância da ocasião. Destacou que esse é o momento de apresentar ressalvas e propostas, mencionando que a Semarh definiu que os povos indígenas com maior número de pessoas terão quatro representantes (2 homens e 2 mulheres); e que os menos numerosos terão 2 representantes (1 homem e 1 mulher). Enfatizou a importância da equidade de gênero na tomada de decisão.

Marquinho Karajá (Arpit) acrescentou que a participação feminina não se limita a uma ou duas mulheres, mas que elas poderiam ser as únicas representantes da comunidade.

Clarisse (Funai) enfatizou que a exigência do programa é que mulheres participem e sejam ouvidas, reconhecendo as contribuições de ambos os gêneros. Ressaltou que a proteção dos territórios indígenas está diretamente ligada à proteção das mulheres.

Marquinho Karajá (Arpit) agradeceu a presença e contribuição de Clarisse.

Leda (moderadora) retomou a condução do encontro, conferindo às ações importantes elencadas no dia anterior para a confecção da Ajuda Memória.

Camila (consultora Geonoma) ressaltou a importância da atividade, sinalizando que era o momento apropriado para fazer ajustes e acréscimos necessários. Foi incluído o eixo “Responsabilidade do Estado” e mais algumas sugestões.

Dando continuidade, passou-se para a escolha dos representantes para a audiência pública, que ocorrerá depois que todas as oficinas de consulta prévia forem finalizadas e do período de consulta pública on-line. O GT Salvaguardas definiu que cada povo indígena deverá indicar representantes, assim como os demais grupos contemplados. No caso dos indígenas, os povos menores podem indicar dois representantes e os maiores podem sugerir quatro pessoas.

Durante a audiência pública, haverá a presença de até 42 representantes dos povos indígenas, 24 quilombolas, quatro pessoas da agricultura familiar e quatro dos produtores rurais, além do Estado. Um dia antes da audiência, os representantes dos povos indígenas devem se reunir para fazer um alinhamento sobre todas as ações que foram sugeridas ao longo das oficinas.

A assessora da Semarh, Camila Rezende, explicou que a Instrução Normativa nº 1 do JREDD+ define que a representação deve ter equidade de gênero (50% de mulheres, no mínimo) e se atentar para que haja a inclusão de jovens e idosos, possibilitando uma participação plena na audiência.

Célio explicou que, havendo necessidade, a indicação poderia ser feita até o dia 15 de junho (prazo final), por meio de ofício ou ata de escolha coletiva, devidamente assinada pelos presentes.

Na sequência, Célio solicitou que cada povo se reunisse para fazer a escolha dos representantes. Lembrou que a normativa não cita a participação de um suplente, mas que os nomes poderiam ser sugeridos para que haja um substituto apto para assumir a função em caso de imprevistos. Os grupos tiveram cerca de 15 minutos para fazer a escolha.

O cacique Wapoxire Tuxi S. ãwa (aldeia Itarô) solicitou que constasse o registro de que os representantes do povo ãwa seriam indicados posteriormente, pois não havia a presença de mulheres na oficina.

Seguiu-se uma breve pausa para o lanche.

Retomando a programação, Célio Kanela (ponto focal do estado) convidou os presentes para o plantio de um pé de jaca na rua próxima ao evento, simbolizando o compromisso do programa com a conservação das florestas. Destacou-se a participação das mulheres e mães na abertura da cova e o plantio da muda feito pelas crianças.

Na sequência, as mães foram homenageadas pelas jovens mulheres com a música “Obrigado, mãe!” (Naiara Azevedo). Na sequência, as crianças que participaram da oficina fizeram a encenação “A Sementinha” e entregaram às mães uma lembrancinha confeccionada por elas no decorrer da oficina formativa.

Dois momentos afetivos, repletos de significado, ilustrando a explosão de vida que acontece quando boas sementes encontram solo fértil e condições favoráveis para crescer e, novamente, frutificar, sustentando o ciclo vital do planeta.

As crianças se prepararam durante as atividades de recreação, conduzidas por Goreti Leal, que contou com o apoio da Maykele Krahô-Kanela (aldeia Catãmjê). A recreação ocorre paralelamente à programação oficial da oficina, proporcionando que os pais se engajem em todas as etapas da formação. Cerca de 20 crianças estiveram presentes nas oficinas.

Na sequência, Célio (ponto focal do estado) passou para a indicação da entidade representativa dos povos indígenas no Conselho Diretor do Fundo Clima e da CEVAT. O ponto focal do Estado explicou que existem algumas entidades com representação estadual que poderiam ser indicadas.

Cacique Wagner (aldeia Catãmjê) disse que a representação dos povos presentes é da Arpit. Demais lideranças reiteraram a indicação.

Noé (aldeia Lankraré) aproveitou para lembrar que a representante da Funai havia sugerido a criação de uma comissão específica para os assuntos do JREDD+ dentro da estrutura da representante estadual (Arpit), com a presença de um representante de cada povo do Estado.

Para validar a indicação, Célio (ponto focal do estado) pediu aos que concordavam com o nome da Arpit que levantassem a mão. A maioria acenou positivamente.

Uma pausa foi realizada para o sorteio de 50 bonés do programa entre os presentes.

Simultaneamente, foram distribuídas folhas de *post it* para que os participantes pudessem atualizar o que sabiam sobre o JREDD+, considerando o término da oficina de formação. Seguem as respostas:

1. é um mecanismo internacional que visa a redução da emissão de gases;
2. é um projeto que foi criado para a diminuição dos gases poluentes e que hoje integra as comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas;
3. devemos preservar o nosso ar para melhorar o bioma;
4. projeto com um bom objetivo e boa oportunidade;
5. experiência, sabedoria e aprendizado. Com o JREDD+ tive a oportunidade de falar sobre a cultura;
6. projeto que orienta como cuidar do meio ambiente;
7. é uma oportunidade e melhoramento da vida;
8. traz benefícios para a população, para conservação e bem para todo o planeta, porque precisamos eliminar os desastres das mudanças climáticas.
9. nem tudo o que conquistamos hoje é melhor para o nosso futuro;
10. projeto para respeitar a nossa sociedade, o nosso meio ambiente e a nossa fauna;
11. modelo para acelerar e pontuar a preservação nos territórios com o apoio pelos serviços prestados ao meio ambiente;
12. modelo de compensação dos danos ambientais sofridos nos territórios;
13. fortalece, apoia e protege o meio ambiente.

Seguindo para o término da programação, foi feita a leitura da Ajuda Memória por duas participantes da Oficina.

Após a assinatura do documento, os participantes receberam o certificado de participação e seguiram para a foto oficial.

As atividades foram encerradas por volta das 13h30 e os presentes seguiram para um almoço especial em homenagem às mães.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1. PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA TERRITORIAL

- * Apoio e fiscalização dos órgãos governamentais: Naturatins, Defesa Civil, Ibama, Funai, MPF e Sesai;
- * Financiar e promover capacitação para os indígenas com: canoas, motor de popa, EPIs, recursos para combustíveis e vigilantes;
- * Formação de guardiões indígenas;
- * Formação de brigadas indígenas, capacitação e orçamento para a execução das atividades;
- * Fortalecimento da atuação da Funai e Ibama;
- * Garantir legalmente os territórios indígenas para sua autonomia e preservação;
- * Capacitação e formação de agentes indígenas para o monitoramento do desmatamento;
- * Equipamentos para monitoramento, prevenção e combate aos incêndios florestais: drone, notebook, trator, tanque para transportar água, EPI, soprador, transporte para brigadistas voluntários e seus equipamentos.

2. GERAÇÃO DE RENDA

- * Fortalecimento das tradições;
- * Criação de gado próprio;
- * Acesso a projetos sustentáveis para a subsistência das comunidades: etnoturismo e sistemas agroflorestal e agroecológico;
- * Apoiar a gestão ambiental nos conhecimentos ancestrais de manejo sustentável, valorizando práticas tradicionais como o cultivo de roças e o uso controlado da madeira para moradias e outros fins;
- * Incentivar iniciativas de sustentabilidade lideradas pelas próprias comunidades indígenas;
- * Elaborar e implementar projetos de geração de renda que promovam a autonomia financeira dos povos indígenas, com foco em atividades econômicas de alta rentabilidade financeira;
- * Fortalecimento do artesanato.

3. FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

- * Fortalecimento das organizações indígenas e incidência política.

4. FORMAÇÃO DOS JOVENS

- * Cursos de comunicação para os jovens e outros temas de interesse.

5. AUTONOMIA DOS POVOS

- * Autonomia para tomada de decisões sobre o uso dos seus territórios, recursos naturais e práticas culturais sem imposições externas;
- * Respeitar os direitos originários sobre as terras indígenas conforme previsto na Constituição Federal.

6. FORTALECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA

- * Valorizar e fortalecer os saberes da medicina tradicional;
- * Promover a educação intercultural que respeite as línguas, costumes e saberes indígenas, para manter as culturas vivas, sem abrir mão dos direitos básicos. Exemplo: intercâmbio cultural entre comunidades indígenas;
- * Apoio para povos que buscam preservar suas tradições, com oficinas de artesanato e troca de saberes;

- * Recursos financeiros para a compra de materiais para artesanato indígena (como miçangas);
- * Apoio para o transporte de matérias-primas como imbirá de buriti, taquari para flechas e pati para arcos;
- * Criação de um museu histórico dos povos indígenas.

7. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES

- * Criação de uma associação das mulheres indígenas (Krahô, Krahô-Kanela e Kanela) com apoio orçamentário e organizacional para a geração de renda e organização política.

8. ESTRUTURAÇÃO DA SEPOT E SECRETARIAS MUNICIPAIS

- * Repasse de parte dos 50% destinados ao Estado para o fortalecimento da SEPOT e secretarias municipais.

9. EDUCAÇÃO INDÍGENA

- * Confecção de livros próprios, com suas histórias e realidades;
- * Incentivo da produção cultural e educacional feitas pelos indígenas;
- * Apoiar e valorizar a transmissão da língua e tradição indígena;
- * Desenvolver material didático específico para os indígenas.

10. POLÍTICA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

- * Identificação de terras da união para os indígenas;
- * Envolvimento do Estado do Tocantins no debate e política de demarcação de terras indígenas.

11. INFRAESTRUTURA

- * Melhoria de acesso (estradas) às comunidades indígenas;
- * Aquisições de embarcações para o transporte nas terras indígenas.

12. RESPONSABILIDADE DO ESTADO

- * Equipamentos para prevenção e combate aos incêndios florestais: helicóptero, automóveis para transporte de brigadistas e equipamentos;
- * Apoio dos órgãos governamentais: Naturatins, Defesa Civil, Ibama, Funai, MP e Sesai;
- Formação e manutenção de brigadas permanentes.

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

Os presentes se reuniram por povo para definir seus representantes. Os representantes abaixo relacionados foram apresentados à plenária:

Povo Krahô-Kanela:

Representantes titulares

- Noé Gaio R. Chaves
- Olga C. R. C. Krahô-Kanela

Representantes suplentes:

- Joel M. G. Krahô-Kanela
- Letícia Hirari Karajá

Povo Krahô-Takaywrá:

Representantes titulares

- Renato Pýmcrê Pityj Cruz Lima Krahô
- Maria Elza Amxôkwj Ribeiro Mascena Krahô

Representantes suplentes

- Davi Camõc Reis de Lira Krahô

- Clarícia Gomes Guajajara Lima

Povo Āwa:

O cacique Wapoxire Tuxi S. Āwa solicitou que constasse o registro de que os representantes do povo Āwa seriam indicados posteriormente, pois não havia a presença de mulheres na oficina. Ficou acordado o prazo de 15 de junho, por meio de ofício ou ata de reunião de escolha coletiva com assinatura dos presentes.

Avaliações e resultados da oficina

A Oficina Participativa de Consulta Prévia Livre e Informada do Programa Jurisdicional de JREDD+ do Estado do Tocantins, com os povos Āwa, Krahô-Kanela e Krahô-Takaywrá, realizada de 9 a 11 de maio de 2025, em Lagoa da Confusão, alcançou seus objetivos.

A oficina teve um início tenso, pois algumas pessoas demonstraram desconfiança, apresentando informações equivocadas e exigindo respostas imediatas. Houve sensibilidade por parte da moderação para quebrar a ordem da programação, o que possibilitou acolher as falas e maior abertura para o processo de formação. Foi sinalizada uma melhor compreensão do programa e discernimento entre os tipos de JREDD+. O grupo também apresentou as demandas que considerava importantes e indicou seus representantes.

Desde o início, o percentual de 25% na distribuição dos benefícios gerou discussão e embates, sendo majoritariamente refutado. Também houve questionamento incisivo em relação ao percentual destinado aos demais grupos.

A presença da Sepot aumentou a confiança dos presentes e a representante da Funai trouxe segurança e esclarecimentos. Também fizeram diferença a harmonia entre a equipe, que deixou a programação fluida; a síntese apresentada pela facilitação gráfica foi elogiada por facilitar a compreensão de termos difíceis; e o suporte da recreação foi essencial para a plena participação. Outro ponto que contribuiu para o bem-estar do público e maior receptividade foi o cuidado da equipe de logística com o cumprimento dos horários de refeição, manutenção dos ambientes limpos, qualidade e variedade da comida e conforto do hotel.

A participação de representantes das duas principais pastas do município ligadas ao tema/público - Sempot e Semarh - em boa parte da oficina também deve ser considerada.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: SEXTA-FEIRA, 09 DE MAIO DE 2025



Credenciamento



Abertura



Caciques e lideranças indígenas



Introdução ao JREDD+



Canto em Macro Jê (Krahô) a música
"Parentes, vamos nos juntar!"



Introdução ao JREDD+



Salvaguardas

DIA 2: SÁBADO, 10 DE MAIO DE 2025



Facilitação gráfica



Repartição de benefícios



Apresentação das crianças para o dia das mães.



DIA 03: DOMINGO, 11 DE MAIO DE 2025



Representantes escolhidos



Leitura ajuda memória



Assinatura ajuda memória.